

Uma piada faz 500 anos

FERNANDO CONCEIÇÃO

Começou a contagem regressiva oficial para a comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do Brasil. O governo federal e uma fundação privada coordenada por uma trupe de arrivistas ganharam o reforço de nada menos que o sistema Globo de informação.

As baterias estão voltadas para o ufanismo pátrio, como se todos os brasileiros tivessem motivos para festejar a chegada do gajo Pedro Cabral pelas costas de cá do Atlântico. Mais uma vez, Cazuza é oportuno: os homens estão armando essa festa para nos convencer, mas não somos os convidados.

A região de Cabralia e Porto Seguro já está se transformando num grande loteamento para grupos econômicos dispostos a engordar os caixas-dois dos coronéis que governam o Estado. É o chamado Museu Aberto do descobrimento, um futuro cassino para cuja anuência o governo federal e instituições de fomento nacionais e estrangeiras colaboram.

É uma boa oportunidade para testarmos o teorema de Boris Casoy, que propugna “passar o Brasil a limpo” fazendo beicinho diante das câmeras. Uma antropóloga da École des Hautes Études en Sciences Sociales (Paris), Celene Fonseca, há dois anos tenta polemizar com o vice-presidente da República, Marco Maciel, chanceler-mor dos festejos. Ele não dá a mínima.

O que Celene faz é um revisionismo histórico, que segue resumidamente. Quando Cabral e suas naus aqui acostaram, o Brasil (obviamente, sem esse nome) já tinha sido descoberto e estava povoado. Há documentos comprovando que os vikings estiveram na América no final do século 10. Pelo estreito de Bering, os antepassados dos índios vieram da Ásia há 30 mil ou 40 mil anos.

Mesmo sob o ponto de vista europeu Cabral é um impostor, já que Cristóvão Colombo chegou à América em 1492. Pelo que consta, o Brasil fica nesse continente, não em Marte.

Mas não é isso que nos interessa ago-

ra, neste ano eleitoral, de Copa do Mundo, de contagem regressiva para o 22 de abril de 2000. Importa saber se o sistema Globo — eleito para dar eco à propugnação oficial do “descobrimento” português — estaria disposto a propiciar um debate amplo, sem preconceitos, da idéia mesma de que há 500 anos vimos construindo uma nação nos trópicos chamada Brasil.

Isso é fundamental porque daí decorrerá a presença nas discussões daqueles estratos populacionais ofendidos, “a priori”, por essa idéia.

Se para os nativos da terra, os índios, o “achamento” feito por Cabral destruiu o seu “Éden” (posição, aliás, que não julgamos acertada), para o outro contingente que veio formar o triunvirato constitutivo da sociedade brasileira, os africanos escravizados, Cabral (como símbolo do colonizador) significa negação e morte.

O Brasil é uma ofensa para os afrodescendentes. Pouco importa que uma parcela significativa deles não se dê conta. É provável que desde já, nas eventuais datas de regalo, essa mesma parcela seja chamada para os rega-bofes, dando em contrapartida um show de rebolado, com “baticum” e excentricidades do gênero. Ser afrobrasileiro e gaiato é um destino.

Mas voltemos ao fundamental, antes que pruridos de sensibilidade levemos ainda mais à bancarrota. O sistema Globo, aparentemente emprenhado de devoção cívica, convoca a nação para pensar sobre os 500 anos de um país cujas elites políticas, empresariais, governamentais, intelectuais e religiosas jamais titubearam em mentir para o resto do povo, massacrá-lo e odiá-lo. Há sinceridade na proposta?

O que vem sendo feito das terras dos pataxós hã-hã-hãe, nação à qual era fi-

liado o índio queimado vivo em Brasília no ano passado? Não é segredo para ninguém que, em vista do potencial turístico do extremo sul baiano, interesses imobiliários pretendem transformar a região naquilo que já estão denominando “projeto Cannes” (em referência à região da Riviera francesa). As terras dos índios adquirem, neste momento (e com a instituição do Museu Aberto do Descobrimento), um valor de cobiça maior ainda que no passado.

Quanto aos afrodescendentes, como seremos incluídos nesse debate? Nos 500 anos do Brasil, que regozijo poderemos ter? A data nos transpõe para cinco séculos atrás, quando os nossos ancestrais, caçados, transformados em mercadorias, destituídos de humanidade, foram trazidos a ferro e fogo para o trabalho absoluto — enquanto os colonizadores simplesmente mandavam.

Os 500 anos do Brasil são 500 anos de genocídio sobre o continente africano e sobre os afrodescendentes do lado de cá. Se as elites brasileiras levassem a sério esse debate (sistema Globo incluído), talvez fosse a hora de o país buscar se reconciliar com aquelas gentes que mais vêm sofrendo para dar dignidade a isto que continua sendo uma piada, e não uma nação.

A implementação de políticas compensatórias de ação afirmativa (como titulação das terras remanescentes de quilombos, cotas de acesso às universidades, reparações etc.) é o patamar inicial para qualquer conversa que não redunde em chistes. O resto é diversionismo, pão e circo.

Fernando Conceição, 39, jornalista, é professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, coordenador do Etnomídia (Grupo de Estudos em Mídia e Etnicidades) e doutorando na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É autor de “Cala a Boca, Calabar” e “Negritude Favelada”, entre outras obras. E-mail: fernconc@ufba.br

*Os 500 anos do Brasil são
500 anos de genocídio
sobre o continente
africano e sobre os
afrodescendentes*